

CALAMIDADE FINANCEIRA

Situação pode gerar ajuda com verba e até dispensar licitação

CNB disse que pode decretar caos financeiro até final do ano; medida tem dois lados para o professor

LUDMILA FONTOURA
ludmila@opopularmm.com.br

Nos últimos dias, o prefeito Carlos Nelson Bueno (PSDB) declarou que poderá decretar estado de calamidade financeira até o final de 2017, caso a cidade não se reerga. A declaração ocorreu após anunciar no Plenário da Câmara Municipal que nos primeiros dias de governo havia sido encontrada uma dívida de cerca de R\$ 23 milhões, referente ao mandato do ex-prefeito Gustavo Stupp (PDT), e que essa quantia pode ser uma ponta de um problema ainda maior, afinal o valor poderia crescer ainda mais, chegando a alcançar R\$ 38 milhões. A calamidade financeira está sendo decretada em diversos municípios e permite, além de receber possível reforço financeiro, por exemplo, que os prefeitos e suas equipes possam realizar algumas estratégias que, sem o estado de calamidade decretado, não poderia ser



Johan Júnior, professor da Unicamp e doutor em Administração

O QUE FICA PERMITIDO

Veja o que as Prefeituras e Estados em situação de calamidade podem

- Fazer uso de recursos do Ministério da Integração Nacional para contornar a situação extraordinária;
- Descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal das ações específicas relacionadas à calamidade, mas com necessidade de prestar contas ao Ministério da Integração Nacional, o MIN;
- Possibilidade de contratação de serviços sem licitação.

feitas, como possibilidade de contratação de serviços sem licitação, acesso a linhas de financiamentos e até descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o bacharel em Estatística, doutor em Administração e professor dos cursos de Administração Financeira e Administração Pública das Faculdades de Ciências

Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp, Johan Hendrik Poker Júnior, uma cidade pode declarar a calamidade quando, entre tantos fatores, ocorre a interrupção de serviços essenciais, interdição ou destruição de unidades habitacionais, danificação ou destruição de instalações públicas, etc. Como o termo calamidade financeiro passou a ser utilizado em meados de 2016, as regras são as mesmas para a calamidade pública. “O termo calamidade financeira não existe, existe a pública, trata-se de uma forma da entidade (município ou estado) declarar-se em uma condição de desastre”, explicou.

Ao decretar estado de calamidade financeira é como se a Prefeitura estivesse declarando que a cidade passa por um desastre por motivos financeiros. No entanto, como explicou o professor, não

basta que a Prefeitura se declare em calamidade para que a condição passe a valer. Existe um trâmite, que começa nas Câmaras Municipais. Sem as aprovações dos vereadores, o caso não anda. E, se ocorre a aprovação, o pedido segue para aprovação do Ministério da Integração Nacional e, posteriormente, pelo Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec): “Mas não é da especificidade do Sindec avaliar calamidades não relacionadas com desastres naturais, portanto poderá haver dificuldades de interpretação dos casos dos municípios”.

Para o professor, decretar estado de calamidade é perigoso por alguns motivos. Um deles é que as cidades podem deixar de atrair investidores e o outro é que recursos que poderiam ser usados para beneficiar a população podem ficar disponíveis para outros segmentos. “O maior impacto de se declarar em calamidade financeira é a admissão que sua capacidade gerencial foi e é inadequada. Também pode espantar investidores. Além disso, sinaliza que a forma como os recursos foram aplicados foi ruim, ou seja, que houve uma falta de planejamento de longo prazo das questões municipais. O impacto é direto na população, que pode chegar a arcar com maiores impostos, redução da qualidade dos serviços e eventualmente com as dimensões que o município é responsável e que lhe são cruciais, como o gasto com saúde e educação”, explicou.

Para que a população sintasse segura quanto aos rumos da gestão, o professor disse que a prestação de contas é fundamental. “Minha recomendação aos prefeitos é que utilizem os recursos da web para tornar o mais transparente os gastos públicos, os processos de licitação e o acompanhamento dos pagamentos aos prestadores de serviços e fornecedores”, finalizou.

“O maior impacto de se declarar em calamidade financeira é a admissão, pelo município, que sua capacidade gerencial foi e é inadequada”

Johan Hendrik Poker Júnior, professor de Administração Financeira da Unicamp